



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PODE SER INTERROMPIDA PELA ESCOLA



Rosa Maria RANZANI

Docente da Faculdade de Ciências da Saúde – FAEF/FASU

RESUMO

Sendo a escola lugar de convívio diário de crianças e adolescentes, quando estes sofrem violências domésticas, a escola pode ser o ambiente saudável que acolherá a vítima, principalmente, por não estar envolvida na dinâmica patológica que gera aquela violência. Assim, conceituamos as diversas formas de violência e descrevemos o que pesquisadores tem indicado para uma investigação satisfatória, bem como orientamos o procedimento a ser seguido visando à proteção da vítima.

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica, abuso sexual

ABSTRACT

By the fact of being a school a place of daily living together for children, it can be a healthy environment to welcome the children when they suffer domestic violence. Mainly because it's not involved in the pathological dynamic caused by that violence. Therefore, in order to prepare better the school to welcome these children, we classify the violence's many forms, and we describe what researchers have pointed up as a successful investigation, as well as we orient the procedure to be followed in order to protect the victim.

A escola e a figura do professor podem ser elementos decisivos para a interrupção de uma história de violência doméstica, quando estes estão bem informados e lidam, corretamente, tanto com o diagnóstico, como com o encaminhamento desses casos. De outro modo, podem colaborar com a manutenção dela e auxiliar o agressor a dissimular, com mais eficiência, sua ação violenta, quando não há uma condução adequada do caso.

ANDRADE (1998), em seu *Relato de uma Sobrevivente*, descreveu ter denunciado a relação incestuosa que mantinha com seu pai à professora, que chamou seus pais e perguntou, diretamente, a eles sobre as queixas relatadas. Após negarem veemente o fato, mostraram-se aparentemente *interessados* nos, então, *problemas emocionais* que a filha *deveria estar desenvolvendo*. Tendo voltado à casa, o pai espancou, violentamente, a filha, pediu sua transferência da escola e mudou-se de cidade.

A família, muitas vezes envolvida patologicamente na dinâmica da agressão, não representa proteção à vítima, mas a escola e a figura do professor, nesse caso, serão importantíssimos, pois convivem, diariamente, com a criança/adolescente e não estão, emocionalmente, envolvidos no problema; podem por isso, ser observadores mais sensíveis aos dramas trazidos pelas vítimas da violência doméstica e sua esperança mais imediata.

AZEVEDO (1999), pesquisadora do Laboratório de Estudos da Criança – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, afirma que uma em três a quatro crianças com idade de 06 a 10 anos será vítima de abuso sexual, sendo que mais de um terço das notificações envolvem crianças até cinco anos de idade. Afirma, também, que 85 a 90% dos agressores são conhecidos da criança, sendo, a maior parte deles, seus genitores. Estes são pessoas, aparentemente, normais, sob vários aspectos; e os crimes de natureza sexual são observados em todos os níveis sócio-econômicos, em todos os grupos religiosos e étnicos, tanto no campo como na cidade, e em sua maior parte são mantidos em segredo.

AZEVEDO e GUERRA (1995), mostram que as formas de violência são de naturezas diversas, indo desde a negligência, até a violência física, psicológica, moral e sexual.

Violência doméstica é definida como: *“todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”*, AZEVEDO (1998, p.

47).

Desde pequenas, as crianças são educadas para aceitarem que os adultos são os detentores da sabedoria e a lhes dever obediência. Em se tratando de um genitor abusador, essa relação de autoridade inquestionável mostrou ser um grande perigo para as crianças indefesas. Na violência, a relação do poder parental foi, peculiarmente, desigual e injusta, não tendo a criança nenhuma possibilidade de defesa à altura da agressão, pois, muitas vezes, nem a percebeu como tal. Para a criança que nasce e recebe o mundo a partir de seus *adultos referenciais*, não há diferença entre ser acariciada na testa e bochechas ou na genitália.

Se a criança vier sendo usada como objeto prazeroso para o adulto e estimulada, sexualmente, desde muito pequena, nem mesmo saberá que está sendo abusada. Poderá só perceber o abuso muito mais tarde, a partir do relacionamento com outras pessoas, comparando-se a outras crianças. O abuso consiste no fato de que a ação existiu buscando o benefício de uma pessoa – a do abusador, sem que este tivesse consideração pelas etapas de desenvolvimento da criança e respeito para com suas necessidades.

A vítima do abuso sexual, geralmente, é ameaçada para que guarde segredo. No entanto, quando essa forma de violência ocorre, freqüentemente, é com o *conluio* do grupo familiar, que está adoecido e *não percebe* o abuso, voltando-se contra a vítima quando se sente na iminência de perder o provedor; nas famílias cujo salário do agressor é fundamental para sua manutenção. Muitas vezes, o benefício está em que, tanto a agressividade quanto a sexualidade do agressor, permaneçam dirigidas para aquele único alvo no grupo, livrando os outros de terem que se submeter à sua ação. Geralmente, essa linha de pensamento não é muito clara, mas evidentemente perceptível nos argumentos levantados pelas famílias das vítimas.

Os agressores passam a dissimular, mais cuidadosamente, quando percebem que há desconfiança por parte de outros adultos. É incomum o agressor ser réu confesso; nega a agressão, mesmo quando evidente.

O agressor mostra-se pessoa *acima de qualquer suspeita*, não é descortês ou agressivo durante os contatos com outros adultos, não apresenta comportamento inadequado nas instituições em que é chamado para ser avaliado. Encontram-se pais que praticam maus-tratos, inclusive de natureza sexual, em todas as camadas sociais.

Como conseqüência da vitimização, AZEVEDO E GUERRA (1998) apontam seqüelas e marcas de diversas naturezas nas vítimas: *problemas de ajustamento sexual* (aversão à atitude sexual, identidade sexual deteriorada, promiscuidade e outros); *sintomas psicológicos* (perda da auto-estima, culpa ou vergonha; depressão; masoquismo; idealização de suicídio; pensamentos assassinos e outros). Relaciona comportamentos que acompanham a vitimização: queixas de comportamento, fugas, masturbação, sexualidade exacerbada, problemas interpessoais como o isolamento social e dificuldade no estabelecimento de relações humanas de caráter íntimo, fugas do lar, confusão referente às relações sociais, pavor em relação a contatos com adultos, tendência a buscar futuros companheiros que maltratam, problemas educacionais (dificuldades de atenção e de aprendizagem).

É comum as crianças espancadas irem para a escola com camisas fechadas até o colarinho, maquiadas para esconder hematomas, usarem mangas compridas, inclusive no verão, e apresentarem cicatrizes antigas e mais recentes, quando examinado seu corpo.

Ao perceber sinais de violência ou receber tal queixa, será prudente o professor manter contato com a família, sem denunciar a queixa de violência doméstica aos prováveis agressores, mas procurando coletar dados como: composição familiar, história de cada um, história de alguma vitimização nas famílias de origem de cada um dos pais. Sabe-se que se houver, no relato dos pais, a presença de histórico de abuso infantil (na vida deles – pais), por haver tendência de reprodução transgeracional, conforme MINUCHIN (1992), esse dado deve ser somado como mais um importante dado de observação.

Alguns aspectos que devem ser observados:

- quanto aos pais: *“medo da perda de controle ou perda de controle; relatam uma história contraditória; responsabilizam outra pessoa pela injúria; demoram na procura do atendimento à criança, sem justificativa; mostram desinteresse; revelam inapropriada compreensão da seriedade da situação; parece haver cumplicidade do casal, diante do ocorrido ao filho; recusam-se a consentir estudos e diagnósticos posteriores; quando admitem o estudo, são resistentes e controladores; são freqüentadores habituais de hospital; não são localizados; não apresentam interesse parental pela criança; têm expectativas irreais sobre o estado da criança; relatam fatos irrelevantes ou sem relação com o ferimento; têm um tipo de personalidade que leva a abusar de drogas ou álcool; causam, por razões desconhecidas, desagrado aos médicos; relatam histórias de ferimentos repetidos; não se responsabilizam quando a criança está em apuros; são relutantes em dar informações.”* AZEVEDO (1998, p. 33);

- quanto à criança: *“tem ferimentos inexplicáveis; mostra evidência de desidratação e/ou má nutrição sem causa aparente; recebe alimentação inapropriada, bebida e/ou drogas;*

mostra evidências de maus cuidados generalizados; é excessivamente medrosa; mostra evidência de ferimentos repetidos; responsabiliza-se e começa a se preocupar com a preocupação dos pais; julga-se como sendo uma criança diferente ou má, na apreciação dos pais; apresenta aspecto físico e/ou emocional pouco apropriado; foi castigada inapropriadamente pelo tipo de ferimento que apresenta; mostra evidência de abuso sexual; mostra evidência de repetidas lesões na pele; mostra evidência de fraturas repetidas”;

- quanto às crianças mais velhas/adolescentes: “*comportamento anti-social, delinqüência ou comportamento sexual precoce; fuga da escola ou de casa; tentativas de suicídio e/ ou automutilação; abuso / dependência de álcool ou drogas; ataques histéricos.*”

Estes são os elementos que devem ser observados de forma cuidadosa nos contatos pessoais: “*vida social: nos casos de vitimização é característico o isolamento da família como um todo, mesmo as crianças na escola, mantêm o isolamento; vida familiar: relacionamento afetivo, história da união; visão de si e do outro na relação; a visão que pensa que o outro possui a seu respeito; quem é a criança vitimizada, do ponto de vista dos pais; representações e sentimentos a respeito dos filhos e de si mesmo na relação; como vêem e como justificam o processo vitimizador; sentimentos despertados nos pais;*” AZEVEDO (1998, p.22 e 23).

É necessário ressaltar que, raramente, a criança mente e quando o faz, é porque está sendo coagida por algum outro adulto, quando se refere a questões graves como essas. E, mesmo quando a acusação da criança é fabricada, ela é facilmente descoberta por um profissional treinado, pois ela só sabe descrever minuciosamente aquilo que viveu. O que é “decorado” e preparado por outro, termina no próprio limite do que lhe foi ensinado e, nota-se aí, que a criança não consegue descrever detalhes do que menciona.

É preciso lembrar, também, que quando permanece no ambiente supostamente hostil, dificilmente confirma e relata a violência, pois nele se sente ameaçada. É possível, também, que a família venha a acobertar o agressor, não oferecendo segurança para a vítima.

Deverá ser avaliada a possibilidade de a vítima ser afastada do agressor, através de uma internação ou sua colocação na casa de um parente. Esta última alternativa é a mais adequada, se a guarda, de fato, garantir a integridade física e psicológica da criança/ adolescente. Sendo observada a extensão e a gravidade da violência, o Ministério Público deve tomar conhecimento do fato, preferencialmente, sem que a criança retorne ao convívio com os agressores. E depois de a vítima ser retirada da situação de risco, devem ser avaliados os encaminhamentos possíveis dentro da comunidade, para minimizar as seqüelas e danos causados pela vitimização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, F.P. – *Labirintos do Incesto – O relato de uma sobrevivente* – São Paulo, Ed. Escrituras, 1998.

AZEVEDO, M.A. e GUERRA, N.A. – *Versão Revista e Atualizada dos Cadernos de Estudo do V Curso de Especialização na Área da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescente*”, São Paulo, LACRI , IPA/ USP (Módulos 1A, 3 A, 3 B, 4 A e 4 B), 1998.

AZEVEDO, M. A. – *Incesto pai-filha: um tabu menor de um Brasil menor*, Tese de Livre Docência defendida junto ao Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 1991.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, N. A. – *A Violência Doméstica na Infância e na Adolescência*, São Paulo, Ed. Robe, 1995.

AZEVEDO, M. A., GUERRA, N. A. e VAICIUNAS, N. – *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento* – São Paulo. Ed. Cortez, 1993.

MINUCHIN, S. – *Famílias Funcionamento e Tratamento* – Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1990.